

Até mesmo a sempre excluída categoria das domésticas já não é tão desinformada. Basta se observar o comportamento destas profissionais diante dos direitos sociais a elas assegurados. A notícia se propaga com rapidez relâmpago, chegando, na maioria das vezes, primeiro às profissionais e depois aos patrões.

A pálida atuação dos representantes classistas, salvo algumas exceções, tem contribuído para o clamor cada vez mais forte da extinção dos mesmos. Juízes leigos, jejuns de letras jurídicas e até vernáculos, têm sido fiéis as decorativas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, onde exercem, diante do Juiz Togado, uma posição submissa, incapaz de se opor à posição tomada por este, na sua grande maioria, por temer entrar numa seara para ele desconhecida. Este receio tem levado alguns a tamanha passividade que, longe de se sentir tão capaz de opinar quanto o próprio magistrado, tornam-se deste meros baúladores, onde sua missão mais importante é de lhe prestar pequenos favores.

Urge, rapidamente, uma verdadeira reformulação neste instituto e, diante do quadro negro que ora se apresenta, chega-se à conclusão que esta categoria em nada tem contribuído para o aperfeiçoamento da Justiça Laboral. O fato da Justiça do Trabalho ter nascido paritária não pode servir de bandeira para que permaneça neste atraso. O tempo evoluiu, as relações de trabalho são outras, os trabalhadores hoje são mais conscientes e bem informados quanto aos seus direitos e garantias individuais. Hoje, quando já se fala em Contrato Coletivo de Trabalho, nada mais justifica a manutenção desta categoria dentro da Justiça do Trabalho onde poucos privilegiados recebem e todos nós pagamos a conta. Imagino que, se, ao contrário dos jetons hoje pagos aos classistas, fossem eles apenas os salários de seus Sindicatos de origem, se haveria todo este interesse em recondução e essas verdadeiras "lutas de titãs", pelo cargo de representante da categoria junto ao Poder Judiciário.

E espero que na próxima revisão da Carta Magna, quando a Justiça do Trabalho esta prestes a completar seu cinquentenário, como integrante do Poder Judiciário, o Congresso Nacional possa dar-lhe um grande presente: extinguir a representação paritária em todos os níveis, reservando o nobre ofício de julgar, para quem de direito, AOS MAGISTRADOS.

#### **ALGUNS ASPECTOS DO CONTRATO DE EMPREGO DOMÉSTICO (\*)**

**Márcio Roberto Andrade Brito (\*\*)**

Este trabalho propôs-se a estudar alguns aspectos peculiares ao contrato de emprego doméstico, tendo como enfoque maior as relações de trabalho na Paraíba, sob o prisma do empregador, que, na verdade, arca com o ônus econômico da prestação do serviço.

O tema surge com uma problemática de significativa importância científica para o mundo do Direito e da Sociologia, uma vez que busca investigar

possibilidades de melhoria nas relações de trabalho entre empregados e empregadores.

A palavra **doméstico** vem do latim *domesticus* e significa *casa; da família*. Os serviços executados na residência são chamados domésticos.

Durante a evolução histórica da humanidade, estes serviços foram realizados por diversas categorias, envolvendo desde o trabalho escravo, nos Estados Antigos, até a mão-de-obra assalariada, hoje vigente.

As empregadas domésticas exerceram uma participação importante em várias épocas, podendo-se atestar tal afirmação com a atitude da Igreja Católica em proclamar Santa Zita padroeira das domésticas. Esta Santa, de origem italiana, dedicou 48 anos de sua vida prestando serviços domésticos à família Fatinelli.

Por outro lado, os preconceitos e as dificuldades com que a categoria tem se deparado no decorrer da história apenas servem para acirrar os conflitos sempre existentes entre empregados e empregadores, principalmente no campo doméstico, uma vez que a profissão custou a ser respeitada como tal.

Os avanços trazidos pela Constituição Brasileira de 1988 desencadearam mudanças significativas na relação de emprego entre empregados e empregadores domésticos. Tais mudanças, contudo, não se constituem no fim dos conflitos existentes na área, prova é que, progressivamente, cresce o número de reclamações junto à Justiça do Trabalho.

**(\*) Síntese de alguns pontos de trabalho apresentado na 48ª Reunião Anual da SBPC, PUC/SP, de 07 a 12 de julho de 1996.**

**(\*\*) Márcio Roberto Andrade Brito é aluno de direito da Universidade Federal da Paraíba**

Um estudo mais sistematizado da matéria leva à demonstração de que o contrato de emprego doméstico se reveste de uma certa singularidade, principalmente no tocante ao Poder Diretivo reservado ao empregador, eis que a *afetividade* e a *confiança* estão sempre presentes no liame empregatício de natureza doméstica.

Estabelecendo-se o conceito de Empregador Doméstico como sendo *a pessoa física, natural, que admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços domésticos, sem finalidade lucrativa e para o âmbito residencial*, vê-se que o contrato de emprego doméstico possui basicamente seis características: 1) regula um serviço de natureza permanente; 2) há contraprestação remuneratória, mediante pagamento de salário; 3) a natureza dos serviços não pode revelar caráter lucrativo; 4) os serviços são prestados para o âmbito residencial ou familiar; 5) o empregador é

sempre uma pessoa física; 6) o Poder Diretivo é atribuído ao empregador, assim como a subordinação e a efetiva prestação dos serviços são devidas pelo empregado.

São obrigações do empregador doméstico num contrato de trabalho: o pagamento do salário como contraprestação remuneratória dos serviços executados (obrigação principal) e o cumprimento dos direitos garantidos ao empregado na legislação trabalhista (obrigação acessória). No que se refere a esta última, surgem as principais causas dos conflitos e, conseqüentemente, o aumento das reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho.

A pesquisa que fundamentou este trabalho, realizada, com financiamento do CNPq, no período de agosto/94 a julho/95, revelou que, na Paraíba, o não cumprimento de tais direitos se dá por várias razões, dentre as quais merecem destaque duas: 1) os empregadores se queixam de que não compensa cumprir todos os direitos diante de empregadas mal qualificadas profissionalmente e que não executam os serviços domésticos de modo satisfatório dentro das exigências do mercado de trabalho; 2) muitos empregadores não sabem como proceder na contratação de uma doméstica, enquanto outros, equivocadamente, julgam ser oneroso cumprir a legislação.

Assim, percebe-se que há um nível de informação muito insatisfatório em relação aos empregadores, o que dificulta a difusão da idéia de respeito à prestação laboral. Por outro lado, não há entre os trabalhadores domésticos a mobilização em se profissionalizar para melhor atender ao mercado de trabalho, fato que gera piores salários, precariedade nas relações de emprego e o surgimento da terceirização como opção para os empregadores, que passam a recorrer a empresas especializadas no assunto, ou simplesmente se decidem pelos serviços prestados pelas chamadas *diaristas*.

Como se não bastasse, discute-se no Congresso Nacional a edição de mais uma lei que estende novos direitos à categoria dos domésticos, tais como: horas extras, FGTS e seguro-desemprego. E, neste particular, é possível se levantar questionamentos e reflexões sobre a viabilidade de alguns desses direitos. Por exemplo, no tocante ao pagamento das horas extraordinárias, perguntar-se-ia: 1) *como é possível se fixar a jornada de trabalho de um trabalhador que mora no local do emprego?*; 2) *como definir a jornada extraordinária se a prestação de serviços, em se tratando de trabalho doméstico, ocorre de modo irregular?*; São pontos que devem ser ponderados pelo legislador para não causar mais atropelos numa seara já tão complicada pela própria natureza.

Ora, as controvérsias sobre as peculiaridades do contrato de emprego doméstico não são novidades. Há, inclusive, discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca de alguns pontos já vigentes em termos de legislação. Tomaria como exemplo os *descontos do salário 'in natura'*. No que diz respeito ao

desconto referente à moradia, surgem duas correntes distintas de entendimento. A primeira defende que é devido o desconto desde que o trabalhador durma no local onde presta seus serviços, mormente no que se costuma chamar *quarto de empregada*. A outra entende um pouco diferente; o desconto somente seria pertinente se a dependência reservada ao empregado proporcionasse uma certa intimidade de modo a, por exemplo, permiti-lo receber visitas. Neste caso, estar-se-ia muito mais próximo do que se conhece vulgarmente como a *casa do morador*, mais comum em grandes residências. Neste aspecto, o subscritor deste texto concorda com este último entendimento.

Aliás, em se tratando de salário '*in natura*', deve-se atentar para alguns pontos importantes que podem ser motivo de dúvida, além do que foi referido no parágrafo anterior. A Constituição Federal, em seu art. 7º, ao fazer referência ao salário mínimo, estabelece que o mesmo deverá atender às necessidades vitais e básicas do trabalhador com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. No dizer de Valentin Carrion, salário '*in natura*' é "o pagamento em espécie, em utilidades vitais que não o dinheiro. Com efeito, no momento em que o empregador satisfaz alguma das necessidades elencadas no dispositivo supra mencionado estará, *latu sensu*, pagando salário. No entanto, o que se tem percebido na realidade prática é uma situação muito característica dos contratos de emprego doméstico e que às vezes não chama a atenção, nem das partes, nem de seus patronos por ocasião de uma reclamatória. Vejamos: o empregador paga, uma hipótese, um salário mínimo ao seu empregado; não efetua qualquer desconto, a não ser a previdência social que seria neste caso de 8% (oito inteiro por cento); por outro lado fornece ao empregado todas as refeições diariamente; é fato que está suprimindo uma das necessidades a que faz menção o art. 7º da Constituição Federal, qual seja, de alimentação. Ora, percebe-se que a remuneração de tal empregado não mais é de um salário mínimo, mas sim deste valor acrescido de um percentual referente à alimentação, e que deveria refletir sobre férias, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado e previdência social. Note-se, porém, que este entendimento não é pacífico, mas que pode ser discutido com uma argumentação convincente, o que geraria novas reflexões no teor das reclamações trabalhistas.

Com tantas idéias sendo difundidas a respeito do contrato de emprego doméstico, não é difícil que outros aspectos, além dos mais comuns, venham a tomar uma dimensão maior. A imprensa, inclusive, tem noticiado casos de empregadas que se queixam de assédio sexual. No entanto, são discussões que não prosperam em termos práticos.

Do exposto, surgem propostas capazes de nortear as relações de trabalho no campo doméstico em direção ao equilíbrio: além do cuidado que deve ter o parlamentar em não legislar sobre o assunto sem uma fundamentação sólida que

espelhe a realidade, é possível se promover a educação dos empregadores domésticos quanto aos procedimentos básicos no cumprimento dos ditames legais trabalhistas.

No dizer de Flósculo da Nóbrega, “a causa dos conflitos sociais está sempre nas diferenças individuais e nos choques de interesses”, por isso é imprescindível, continua o mesmo autor, “o conhecimento dos recursos sociais, a utilização e organização das virtualidades humanas, em proveito do progresso e do bem-estar comum”.

## SIMPLIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Luísberg Leitão Batista (\*)

### 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Hodiernamente, muito se tem comentado sobre a imperiosa necessidade de se adotar mecanismos e institutos de direito que venham a simplificar o procedimento ordinário Pátrio. Tal tema, por sua vez, faz-se presente no rol das grandes discussões acadêmicas e doutrinárias, o que nos leva a traçar algumas modestas considerações, tendo como centro de estudo a fase executória do Processo Trabalhista, em denotação especializada. visto, desde logo enfatiza-se, como a etapa processual que, por gigantesca complexidade procedimental, é ponto de inúmeras críticas.